

# CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## 7ª Sessão Ordinária de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 7/5/2024, págs. 1/12)

Data: 14/05/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I

1) Aprovação da Ata da 6ª Sessão Ordinária de 2024 (30/04/2024).

#### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

##### Processos com Pedido de Vista

##### Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 1) Pedido de Providências nº 1.01262/2022-78  
Requerente: Claudinei Valdemar Galo  
Advogados: Lazaro Tomaz de Lima – OAB/SP nº 163.73; José Carlos Nogueira – OAB/SP nº 110088  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Desrespeito ao princípio da segurança jurídica. Apuração com interpretações distintas referentes aos mesmos fatos. Prejuízos ao requerente para exercício de cargo em comissão na Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana no Município de Suzano, segundo Lei Municipal nº 4.612/2012. Procedimentos MP nº 43.0451.0001837/2019-6 e MP nº 14.0451.0002423/2021-2  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Cons. Paulo Cezar dos Passos

##### Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2024 (27/02/2024)

- 2) Proposição nº 1.00595/2022-52  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Inclusão do inciso VII ao artigo 77, bem como inserção dos §§ 5º a 10º, renumerando, via de consequência, o § 5º originário como § 11º e, ainda, alteração do caput do artigo 84, todos do RICNMP. Regulamentação da transação administrativa disciplinar no âmbito do CNMP.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa; Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto; Cons. Fernando da Silva Comin; Cons. Ivana Lucia Franco Ceij; Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Processo com pedido de vista regimental cancelados em razão de fim de mandato

- 3) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 4) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira  
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF nº 51483  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774, Bruna Cabral Vilela Bonomi – OAB/DF nº 43.447; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118.  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)  
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744; Carlos Mohn Roller – OAB/DF nº 62.938  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2023 (14/03/2023)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Amapá

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Interessada: Associação Amazonense do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins  
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Paraná

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04  
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163  
Requerido: Ministério Público da União  
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2023 (14/11/2023)

- 10) Proposição nº 1.00370/2023-04  
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de diretrizes e procedimentos sobre a cooperação entre os órgãos do Ministério Público e entre estes e outras pessoas, órgãos e instituições.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 19ª Sessão Ordinária de 2023 (12/12/2023)

- 11) Pedido de Providências nº 1.00211/2023-55  
Requerente: Eliseu Sampaio Santos  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Processo nº 800033103.2022.8.05.0245. Apuração de crime de estelionato cometido contra o requerente. Suposta subtração de provas juntadas ao processo.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Sigiloso  
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Goiás
- 13) Reclamação Disciplinar nº 1.00267/2023-00 (Recurso Interno)  
Recorrente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogados: Marcos Joel dos Santos – OAB/DF nº 21203; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF nº 26720; Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF nº 21006  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Tocantins
- 14) Reclamação Disciplinar nº 1.00463/2023-66 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: CTINET Soluções em Conectividade e Informática Ltda  
Advogado: Alberto Felício Junior – OAB/SP nº 52075  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: São Paulo
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00067/2024-29  
Requerente: Lucas Menezes Cabral  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. V Concurso Público para o Provimento de Cargos Efetivos do Quadro. Alegação de ausência de nomeação de candidatos, bem como existência de número exorbitante de comissionados e requisitados.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2024 (16/04/2024)

- 16) Conflito de Atribuições nº 1.00659/2023-14  
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. NF. 1.11.000.000750/2023-47. Ministério Público do Estado de Alagoas. Processo MP 01.2020.00001959-6. Conflito Negativo de Atribuições. Apura uso irregular dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF. Recursos recebidos por municípios do Estado de Alagoas (Capela, Messias, Rio Largo, Arapiraca, Boca da Mata, Estrela de Alagoas, Feira Grande e Traipu) e usados para pagamento de honorários advocatícios.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Alagoas
- 17) Proposição nº 1.00714/2023-01  
Requerentes: Rodrigo Badaró Almeida de Castro; Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “Dispõe sobre a possibilidade de formalização do Acordo de Não Persecução Penal independentemente da confissão formal e circunstanciada a que alude o art. 28-A, do CPP”.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 18) Conflito de Atribuições nº 1.00742/2023-20  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. MPRJ nº 2022.001124233 – Inquérito Civil – MPF – 1.30.014.000129/2020-26. Exigência de providências por parte do DNIT em relação às ocupações já consolidadas nas faixas "non aedificandi" lindeiras à faixa de domínio da Rodovia Federal BR 101, no Município de Angra dos Reis.  
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Rio de Janeiro
- 19) Proposição nº 1.00917/2023-35  
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Cibersegurança do Ministério Público (PNCiber-MP) e dá outras providências.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Distrito Federal

- 20) Proposição nº 1.00997/2023-00  
Requerentes: Moacyr Rey Filho; Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomenda diretrizes para o desenvolvimento, implementação e uso seguro e responsável de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa no âmbito do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin  
Origem: Distrito Federal
- 21) Proposição nº 1.01103/2023-09 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Inteligência do Ministério Público e o Sistema de Inteligência do Ministério Público.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição nº 1.01132/2023-99  
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Equidade de Gênero, étnica e racial no âmbito do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

- 23) Proposição nº 1.01148/2023-65  
Requerentes: Moacyr Rey Filho; Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a Atuação Estrutural no Ministério Público brasileiro e dá outras providências.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2024 (30/04/2024)

- 24) Proposição nº 1.00281/2021-97  
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Distrito Federal
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.  
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Paraná
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00816/2023-46  
Requerente: Rodrigo Fernandes Cruz Humberto  
Advogado: Paulo Nicholas de Freitas Nunes – OAB/AL nº 5076  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Anulação da decisão condenatória proferida na Sindicância nº 202200082938. Determinação para o arquivamento definitivo da Sindicância nº 202300131450. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Goiás

- 27) Proposição nº 1.01126/2023-69  
Requerente: Moacyr Rey Filho  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 174/2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Distrito Federal
- 28) Pedido de Providências nº 1.01159/2023-63 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Superior Tribunal de Justiça  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Ceará e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Procedimento Superior Tribunal de Justiça.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Rio Grande do Norte
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00037/2024-95 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Sigiloso  
Advogada: Charlot Julyeta Cabral Guerra – OAB/PR nº 58.555  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Concurso Público para provimento cargos de Promotor Substituto. Edital nº 1/2023. Questiona a concessão de tempo a mais para candidato avaliado pela comissão de concurso como não deficiente, contrariando documentação apresentada pelo candidato. Alega necessidade de anulação ou revisão de diversos gabaritos apresentados pela banca para as questões da prova objetiva. Requer suspensão do certame. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Paraná
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00204/2024-61 (Recurso Interno)  
Recorrente: Damião Ferreira de Menezes  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ordem de Serviço nº 001/2024-MP/PGJ, de 24/01/2024. Alega que a Procuradoria Geral tem adotado critérios não previstos em lei para efetivar as nomeações dos 90 cargos em comissão de Assessor Ministerial, criados pela Lei Estadual nº 10.523/2023. Requer a nomeação imediata e retroativa do requerente ao cargo mencionado. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Pará
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00274/2024-83  
Requerente: Alexandre Costa de Oliveira  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. Pedido de pagamento de auxílio-saúde a servidor, desde sua implementação.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Rio de Janeiro

- 32) Conflito de Atribuições nº 1.00340/2024-60  
Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Autos Extrajudiciais n.º 202400029659. Notícia de Fato nº 1.18.000.000468/2024-90. Apuração de ausência de acessibilidade às pessoas com surdez no atendimento do POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar dos Empregados dos Correios.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Goiás
- 33) Proposição nº 1.00421/2024-60  
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que “Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento e dá outras providências”.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Distrito Federal
- 34) Proposição nº 1.00431/2024-05  
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 286/2024, que estabelece diretrizes para as atividades de auditoria interna no Ministério Público.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 35) Conflito de Atribuições nº 1.00438/2024-90  
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000156/2024-04 (176-158/2023 MPE/PA). Acompanhamento junto à Prefeitura de Faro/PA da execução dos contratos administrativos provenientes do procedimento licitatório nº 2023/11. Aplicação de recursos federais transferidos a título de complementação (Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde).  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Pará

Processos desta Sessão (14/05/2024)

- 36) Pedido de Providências nº 1.00932/2019-15 (Recursos Internos)
- Recorrente1: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Recorridos1: Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIES; Fernando Otavio de Freitas Peregrino
- Advogado: Rafael Marinelli da Silva – OAB/RJ nº 161.481
- Interessados: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Clarisa Oliveira da Silva; Daniela Faria Tavares; Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – FIOTEC; Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC; Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC; Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense; Fundação Getúlio Vargas; Luciano Oliveira Mattos de Souza
- Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878-A; Marianna Camargo Silva Magalhães – OAB/RJ nº 178.771; Rafael Marinelli da Silva – OAB/RJ nº 161.481; Andre Felipe Trajano da Silva – OAB/RJ nº 199.056; Louise Porto Guimarães Esteves Rodrigues – OAB/RJ nº 161.183; Thiago Vilaro Loes Moreira – OAB/DF nº 30.365; Fábio Medina Osório – OAB/RS nº 64975; Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch – OAB/DF nº 26.966
- Recorrente2: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878-A
- Recorridos2: Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIES; Fernando Otavio de Freitas Peregrino
- Advogado: Rafael Marinelli da Silva – OAB/RJ nº 161.481
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Alegação de irregularidades em análise de prestação de contas de Fundações. Pedido de liminar.
- Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
- Origem: Rio de Janeiro
- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00739/2021-80 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
- Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
- Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Examinar os termos dos Acordos de Cooperação Técnica nº 84/2015 e nº 59/2016, celebrados entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a SEF/SC. Acórdão proferido no PCA CNMP nº 1.00168/2020-58.
- Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
- Origem: Santa Catarina
- 38) Reclamação Disciplinar nº 1.00967/2022-78 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Haroldo Caetano da Silva
- Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO nº 17275
- Embargado: Edson Luis Souza Melo Rocha
- Advogada: Clara Estefania Vieira Santos – OAB/GO nº 38703
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Goiás

- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00499/2023-21 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Procuradoria Regional da República da 3ª Região/SP  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 0017525-92.2023.8.26.0000. Apuração de possíveis irregularidades cometidas pelo prefeito de Miguelópolis/SP, em razão de dispensa de licitação para contratação da empresa Unitextil Confecção, para fornecimento de máscaras cirúrgicas.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo
- 40) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00605/2023-77 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogados: Helio Nishiyama – OAB/MT nº 12.919; Natali Akemi Nishiyama – OAB/MT nº 19.082; Ana Carolina Leite da Silva – OAB/MT nº 32.953  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Prática de assédio moral e sexual contra servidora da instituição. Violação aos deveres funcionais de manter a conduta ilibada e compatível com o exercício do cargo. Reclamação Disciplinar nº 1.00150/2023-44. Portaria CN-CODI nº 175/2023  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Mato Grosso
- 41) Reclamação Disciplinar nº 1.00656/2023-53 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Sigiloso  
Advogada: Fernanda Pereira da Silva – OAB/RJ nº 168336  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Rio de Janeiro
- 42) Conflito de Atribuições nº 1.00727/2023-09 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. NF nº 1.28.000.000299/2023-61. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. 4ª Promotoria de Justiça de Macaíba. NF nº 02.23.2279.0000008/2023-42. Conflito Negativo de Atribuições. Apura funcionamento ilegal de empresa de vigilância privada com atividades relacionadas a contrabando, associação criminosa, constituição de milícia privada e porte de arma de fogo.  
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Rio Grande do Norte
- 43) Pedido de Providências nº 1.00880/2023-36 (Recurso Interno)  
Recorrente: Dulce Ines Dilkin Fischer  
Recorrido: Procuradoria da República – Mato Grosso/Diamantino  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 1.20.002.000150/2023-50. Apuração de irregularidades envolvendo a empresa Merc Bank Fomento Mercantil S/A.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Mato Grosso

- 44) Conflito de Atribuições nº 1.00909/2023-06  
Requerente: Procuradoria da República – Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.000149/2020-16. Notícia de Fato MPPR 0046.22.164283-1. Apuração de suposta falta de expedição de diplomas aos formandos da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – FACEL, após o descredenciamento pelo Ministério da Educação.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Paraná
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00083/2024-01 (Recurso Interno)  
Recorrente: Helcimar Araujo Belem Filho  
Advogado: Helcimar Araujo Belem Filho – OAB/MA nº 15932  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Atuação incompatível com os deveres inerentes ao cargo de promotor de justiça. Afronta ao princípio da moralidade administrativa e à ética pública.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Maranhão
- 46) Notícia de Fato nº 1.00092/2024-94 (Recurso Interno)  
Recorrente: Edilson Rodrigues Queiroz  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa suposta irregularidade da atuação ministerial no bojo de processo judicial.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Paraná
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00156/2024-66  
Requerente: Thalles Henrique Rocha Claves  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. LX Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requer anulação da questão n.º 1 do Grupo II e da questão n.º 1 do Grupo IV, com consequente anulação da segunda fase das provas do grupo II e IV. Solicita que a sessão de julgamento dos recursos interpostos contra as questões da segunda fase seja anulada em razão de vícios insanáveis. Pedido de Liminar  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Minas Gerais
- 48) Conflito de Atribuições nº 1.00228/2024-75  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Promotoria de Justiça de Joaquim Távora. Autos nº 0002101-74.2023.8.16.0102. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Fartura. IP 2123396-29.2021.120120. Processo nº 1500288-60.2021.8.26.0187. Conflito Negativo de Atribuições. Apura crimes de adulteração de sinal identificador e de receptação de motocicleta.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: São Paulo

- 49) Conflito de Atribuições nº 1.00241/2024-89  
Requerente: Procuradoria da República – Distrito Federal  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público Federal no Distrito Federal. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.16.000.000586/2024-72. Notícia de Fato NF/Neogab nº 08192.018690/2024-31. Apuração de suposta fraude veiculada na internet mediante promessas de empréstimos nunca concretizados.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 50) Reclamação Disciplinar nº 1.00284/2024-28  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Advogados: Tarcisio Vieira de Carvalho Neto – OAB/DF nº 11.498; Luiz Fernando Matias e Silva – OAB/DF nº 78702  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Goiás; Marília Gabriela Gil Brambilla  
Advogada: Gabriela Nehme Bemfica – OAB/DF nº 32.151  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Goiás
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00290/2024-58  
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.30.017.000529/2021-92. Procedimento MPRJ nº 2017.00403701. Apuração de possíveis riscos e dano estético decorrente da má condição das fiações de energia elétrica da companhia LIGHT, em Duque de Caxias/RJ.  
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta  
Origem: Rio de Janeiro
- 52) Conflito de Atribuições nº 1.00314/2024-41  
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.34.004.001047/2023-11. Notícia de fato instaurada a partir de representação informando que, no dia 14 de outubro de 2023, na Praça São José Bonifácio, localizada no Centro de Campinas, houve uma manifestação de apoiadores do "grupo terrorista Hamas".  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo

- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00337/2024-00 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Enos Eduardo Lins de Paula; Juliana Pereira dos Santos; Lucas Rocha do Nascimento; Rhelber Guimaraes Braz; Silvana Camelo Pinto do Espírito Santo  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Concurso Público para ingresso na Carreira. XIII Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Promotor de Justiça. Determinação ao Ministério Público do Estado do Pará que se abstenha de dar posse aos candidatos reprovados na fase heteroidentificação e mantidos no concurso por decisões judiciais precárias até que sobrevenha o trânsito em julgado das ações judiciais. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Pará
- 54) Conflito de Atribuições nº 1.00409/2024-00  
Requerente: Procuradoria da República no Município de Luziânia/Formosa-GO  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.18.002.000085/2024-00 (202400048441 – MP/GO). Indícios da prática de extração de recursos minerais sem a competente autorização, prevista no art. 55, caput, da Lei nº 9.695/98, em Formosa/GO.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Goiás
- 55) Conflito de Atribuições nº 1.00445/2024-74  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.000456/2024-19. NF nº 02.23.2086.0000030/2024-12. Apuração de possíveis irregularidades na condução do processo de seleção de projetos de audiovisual regido pelo Edital de Seleção de Projetos de Audiovisuais da Lei Paulo Gustavo n.º 01/2023, promovido pela Fundação José Augusto – FJA e pela Secretaria Extraordinária de Cultura do Rio Grande do Norte.  
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Rio Grande do Norte
- 56) Proposição nº 1.00448/2024-35  
Requerente: Paulo Cezar dos Passos  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Altera a Resolução CNMP nº 30 de 2008, para modificar o prazo de vedação ao gozo de férias e de licença voluntária no período eleitoral.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal

**PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**